



Boletim Jurídico Semanal

Semana: 29 de julho a 2 de agosto de 2025

Depósitos judiciais corrigidos pelo IPCA a partir de 2026



Nova portaria altera índice de correção monetária para depósitos judiciais

A partir de janeiro de 2026, todos os depósitos judiciais passarão a ser corrigidos exclusivamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme estabelecido pela Portaria MF 1.430/2025 do Ministério da Fazenda. A medida regulamenta o artigo 9º da Lei 14.973/2024, que determinou a unificação dos índices de correção monetária aplicáveis aos depósitos judiciais. Anteriormente, os depósitos judiciais eram corrigidos por diferentes índices, como a taxa Selic ou a Taxa Referencial (TR), dependendo da natureza do processo e do tribunal. A mudança visa simplificar o sistema e garantir que a correção monetária reflita de forma mais precisa a inflação oficial do país, proporcionando maior previsibilidade para as partes envolvidas em processos judiciais. A alteração terá impacto significativo no retorno financeiro dos depósitos judiciais e nos planos de contingência das empresas. Especialistas recomendam que organizações com valores expressivos em depósitos judiciais revisem suas estratégias financeiras e provisionamentos, considerando que o IPCA tende a apresentar comportamento diferente dos índices anteriormente aplicados.

Fonte: Diário Oficial da União – Portaria MF 1.430/2025

CCJ aprova arbitragem em convenções condominiais



Projeto de lei permite resolução de conflitos condominiais por meio de arbitragem

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, em 23 de julho de 2025, o Projeto de Lei 4081/21, que autoriza a inclusão de cláusulas compromissórias de arbitragem nas convenções de condomínio. A medida permitirá que conflitos relacionados a áreas comuns, rateio de despesas e reformas sejam resolvidos por meio de arbitragem, sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário. De acordo com o texto aprovado, a arbitragem poderá ser utilizada para solucionar controvérsias entre condôminos ou entre estes e o condomínio, desde que prevista expressamente na convenção condominial. Entre as principais vantagens destacadas pelos defensores do projeto estão a celeridade na resolução dos conflitos, a confidencialidade do procedimento e a potencial redução de custos em comparação com processos judiciais tradicionais. O projeto segue agora para apreciação do plenário da Câmara e, se aprovado, será encaminhado ao Senado Federal. Especialistas em direito imobiliário recomendam que síndicos e administradores de condomínios acompanhem a tramitação da proposta e iniciem discussões sobre a possibilidade de incluir cláusulas arbitrais em suas convenções, caso a lei seja aprovada.

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados – PL 4081/21

TST sinaliza paradigma por princípios no Direito do Trabalho

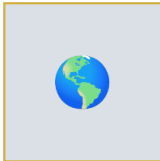


Tribunal Superior do Trabalho adota nova abordagem interpretativa em casos complexos

Em sessão realizada no dia 28 de julho de 2025, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) sinalizou uma importante mudança de paradigma ao julgar o Tema 1.046 de repercussão geral. O relator, ministro João Silva, destacou em seu voto a necessidade de uma interpretação mais flexível e principiológica das normas trabalhistas, especialmente diante das novas modalidades de trabalho surgidas nas últimas décadas. A decisão abordou especificamente questões relacionadas ao teletrabalho e modelos híbridos, estabelecendo que os princípios fundamentais do Direito do Trabalho devem prevalecer sobre interpretações literais da legislação quando estas não contemplarem adequadamente as novas realidades laborais. O tribunal reconheceu a insuficiência do modelo normativo atual para regular todas as nuances das relações de trabalho contemporâneas. Esta nova orientação jurisprudencial deverá produzir efeitos significativos nas negociações coletivas e na interpretação de contratos de trabalho. Advogados especialistas na área trabalhista recomendam que empresas revisem seus acordos e políticas internas, especialmente aquelas relacionadas a trabalho remoto e jornadas flexíveis, para adequá-los a esta nova abordagem interpretativa do TST.

Fonte: JusLaboris – Tema 1.046

Tarifa de 50% dos EUA sobre produtos brasileiros a partir de 1/8



Medida protecionista afetará exportações brasileiras de diversos setores

Em anúncio realizado no dia 27 de julho de 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, confirmou a imposição de uma tarifa de 50% sobre importações de produtos brasileiros, incluindo café, laranja, carne, aço e papel. A medida, que entrará em vigor a partir de 1º de agosto, foi justificada como parte da política "America First" e visa proteger produtores americanos da concorrência estrangeira. A decisão provocou reações imediatas do agronegócio brasileiro, de associações de exportadores e do Ministério das Relações Exteriores. Segundo estimativas preliminares, apenas o setor de carnes poderá sofrer perdas superiores a US\$ 1 bilhão em exportações anuais. O Itamaraty informou que está avaliando medidas de retaliação e a possibilidade de questionar a tarifa na Organização Mundial do Comércio (OMC). Especialistas em comércio internacional recomendam que empresas brasileiras com contratos de exportação para os EUA revisem suas cláusulas de força maior e hardship, além de buscar mercados alternativos para seus produtos. Também sugerem a inclusão de cláusulas específicas em novos contratos que prevejam a possibilidade de renegociação em caso de alterações tarifárias significativas.

Fontes: Reuters; The Guardian

